

# RELATORIA #6

## **Título da mesa/painel: Redes de Proteção Social do Futuro: Inovação para redução de desigualdades**

**Data:** Rio de Janeiro, 22 de julho de 2024, 15-17h

**Local:** Galpão da Cidadania (Gamboa)

### **Participantes**

José Antonio Ocampo, Professor, Universidade Columbia

José Graziano da Silva, Diretor-Geral, Instituto Fome Zero; ex-Diretor-Geral, Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO)

Jurema Werneck, Diretora-Executiva, Anistia Internacional Brasil

Livia Sant'Ana Vaz, Promotora de Justiça, Ministério Público da Bahia

Marcos Athias Neto, Secretário-Geral Assistente, ONU; Administrator Assistente, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD

Natalia Winder-Rossi, diretora global de Política e Proteção Social do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)

### **Moderador/Mediador**

Patrícia Campos Mello

### **Resumo da mesa**

À medida em que mudanças tecnológicas, impactos climáticos e outras disrupções remodelam rapidamente a economia global, os governos devem reimaginar seu papel no apoio aos cidadãos e cidadãs e no fortalecimento do tecido social. Este painel irá explorar abordagens progressistas de políticas públicas para fortalecer as redes de segurança social, reduzir as desigualdades e promover o progresso desenvolvimentista de base ampla.

## Questões norteadoras

- **Sistemas de Proteção Social Robustos:** Como podemos projetar redes de segurança social que forneçam uma base econômica estável para todas as pessoas, mesmo em meio a um mercado de trabalho em constante mudança?
- **Abordando a riqueza e a desigualdade de renda:** Que estratégias podem ser implementadas para redistribuir a riqueza e reduzir as diferenças de renda?
- **Fortalecimento de bens e serviços públicos:** Como podemos garantir o acesso à educação, saúde, moradia e serviços essenciais de qualidade para todos os cidadãos? Que nível de investimento público é necessário para fortalecer a infraestrutura, as instituições públicas e a força de trabalho em pesquisa?

## Relatoria Geral

### *José Ocampo (Universidade de Columbia)*

*O que funciona melhor em termos de estratégias de proteção social?*

- Quando se compara a América Latina com países da UE há limitações da política fiscal - não só de taxaçoão mas de gastos públicos. A primeira coisa que devemos fazer é ter uma política taxativa melhor e mais progressiva - o G20 tem proposto a taxaçoão de super ricos, mas é importante taxar os ricos também. A experiência europeia mostra que os sistemas universais tendem a ser mais efetivos que os sistemas focalizados. A focalizaçoão deve ser um instrumento do universalismo e não uma alternativa. O grande debate que se teve nos anos 1990 na CEPAL era sobre essa divisáo (entre focalizaçoão e universalizaçoão). Isso não implica que não se deve ter políticas específicas focalizadas mas estas devem estar integradas a sistemas universais como saúde e educaçoão.
- Ainda há fragmentaçoão dos sistemas de proteçoão social - os sistemas de reforma previdenciária ainda não são robustos. Outro ponto é relacionar o econômico com o social. É preciso analisar isso de forma longitudinal a partir de três períodos recentes: o primeiro vai de 1992-2003 (pequeno crescimento junto a uma crise); o segundo 2003-2014 (período de crescimento); o terceiro período - 2014 - 2024 (a segunda década perdida da América Latina). Em termos de gasto social, que foi mais descontínuo ou contínuo, houve grande

melhora no desenvolvimento humano como educação e saúde em geral; mas na pobreza e distribuição de renda, o único período bom é o segundo.

- Por isso, precisamos ter políticas fiscais mais restritivas para ter recursos e fazer a distribuição e tributação dos super ricos e altamente ricos. Em termos de gastos sociais, que tem sido contínuo, tem havido um aprimoramento do desenvolvimento humano, em saúde e educação.
- No entanto, quando olha-se para as distribuições de pobreza e renda, os períodos são distintos e o único positivo é o segundo. Em 2003, tivemos o índice mais alto de pobreza do que em 1980, tivemos ¼ de século perdido e o período seguinte tem-se melhoras, enquanto no 3o, as tendências positivas cessaram.
- O crescimento precisa ser visto junto ao aspecto social invariavelmente, e isso impacta o comportamento do emprego é dividido em 3 ciclos distintos no período. Houve um aumento do emprego no 2o período, mas é preciso construir bons mercados de trabalho com políticas sociais.
- É preciso pensar em como incluir políticas econômicas de emprego, capacitação de trabalhadores, em prol dos grupos mais pobres. Há ainda um alto nível de informalidade, pensando em produtores locais e empregos urbanos.

### ***Jurema Werneck (Anistia Internacional)***

*Como as mudanças climáticas e o racismo estrutural têm afetado a população negra no atendimento de saúde de qualidade têm sido incorporadas pelo Estado ao construir os sistemas de proteção social?*

- O relatório da Anistia Internacional de 2023-2024 expressa que as "violações dos direitos humanos foram generalizadas em 2023. Estados e grupos armados perpetraram frequentes ataques e homicídios ilegais em um número cada vez maior de conflitos armados. Autoridades de todo o mundo reprimiram as divergências impondomedidas autoritárias contra as liberdades de expressão, associação e reunião pacífica, usando força ilegal contra manifestantes, prendendo e detendo arbitrariamente defensores dos direitos humanos, oponentes políticos e outros ativistas, por vezes submetendo-os a tortura e outros maus-tratos. Muitos Estados se omitiram de agir para cumprir os direitos das pessoas à alimentação, à saúde, à educação e a um ambiente saudável, negligenciadas injustiças econômicas e a crise climática. Com frequência,

os governos tratavam as pessoas refugiadas e migrantes de forma abusiva e racista. A discriminação profundamente enraizada contra mulheres, pessoas LGBTI, povos indígenas e comunidades racializadas ou religiosas marginalizou essas pessoas e as expôs a um risco desproporcional de sofrerem violência e violações de direitos econômicos e sociais”.

- Essas são as bases das nossas elaborações do futuro e da resposta da crise climática, para Anistia Internacional, é uma crise de direitos humanos, que tem nos Estados atores incapazes ou pouco compreendidos em entregar seus deveres e obrigações das políticas que lhe dizem respeito. Diante dessas falhas terríveis dos Estados, estamos diante de várias crises - a crise climática acontece ao mesmo tempo que a crise de confiança das instituições estatais e multilaterais [e sua capacidade em liderar os Estados]. A crise ambiental compromete o futuro mas também o presente de milhares de pessoas - são milhões de pessoas afetadas, como nas enchentes do Sul, secas do Norte e Centro Oeste. Grande parte das vítimas são de grupos já marginalizados.
- O que precisa ser feito é que o Estado cumpra os seus deveres, tal como estabelecido nos compromissos internacionais (como a de 1948 e tantos outros Pactos e tratados, que estão sendo ignorados como a Declaração de Direitos Humanos). No presente é preciso que o Estado seja capaz de cumprir sua palavra e compromissos. Na crise climática os principais causadores estão aprofundando os parâmetros da crise e financiando as continuidades das injustiças. Os Estados do Norte Global devem remediar os danos e cessar imediatamente a prática de violações, violências de direitos humanos.
- Não foram cumpridas a Declaração de Direitos Humanos e tampouco os compromissos para frear a crise climática como as metas de financiamento de mitigação, adaptação nem tampouco as NDCs e metas de acordo de Paris. Os defensores de direitos humanos estão sob ameaça. O Brasil é o segundo país mais perigoso para ativistas e no mundo todo as pessoas que lutam sofrem retaliações e violências - é preciso garantir a liberdade de expressão no espaço cívico.
- Se há direitos, há deveres e os Estados devem proteger todos e todas, que serão afetados, mas de forma desigual - há aqueles que “pagam as contas com a vida, as contas mais pesadas”. Diversas iniciativas e princípios já estão pactuadas e escritas desde 1948 e estão em falha. Gostaria de destacar a necessidade de participação efetiva. “Nada sobre nós sem nós” é uma frase dos grupos sociais do RJ e não é possível imaginar nenhuma solução de equidade racial sem a sociedade civil organizada nesses espaços, que devem

ser protagonistas desse processo. Os Estados têm um lugar à mesa mas precisa estar ao nosso lado.

**José Graziano (diretor Fome Zero)**

*Quais as principais lições aprendidas para políticas de redução de pobreza e como a crise climática impacta essa questão?*

- O Programa Fome Zero tinha um conjunto de 40 programas acoplados no final dos anos 1990 e início dos anos 2000. Um deles era de transferência de renda, inspirado em um modelo na periferia da cidade de Campinas para proteger crianças que estavam em situação de trabalho infantil. O Bolsa Escola, assim, foi criado sob o valor de R\$50,00 como uma transferência para garantia da presença de crianças na escola. A compensação de renda era a "espera" de uma problemática "maior" que era a falta de emprego.
- Pela 1ª vez na história, em 2024, o benefício do PBF é suficiente para comprar uma cesta básica em algumas capitais como Fortaleza. O senador Suplicy criou o debate sobre renda básica como uma garantia mínima.
- Houve um amplo debate sobre isso no mundo, e, recentemente, houve um esvaziamento desses programas até mesmo em países do Norte Global (como na Suíça). Até este momento, o Brasil segue com uma política de transferência de renda (PTR) e uma dicotomia que relaciona-se à focalização e com os valores mínimos que não são capazes de "tirar da fome". É um remédio temporário, não é curativo. Não é possível pensar que se reduzirá a desigualdade com PTR, nem mesmo no Brasil. A redução no número de pessoas que passam fome no Brasil em 2023 foi fruto do salário mínimo. Para as eleições francesas, houve a proposta de um Programa Mínimo (alimentação escolar gratuita era um dos componentes). A solução via PTR não pode ser pensada como duradoura, esta só seria possível por meio da redistribuição da renda. Em 2000, a fome era rural, mais de 70% das pessoas estavam em cidades com menos de 50 mil habitantes. Hoje, mostrou-se que mais de 66% residem nas grandes cidades e em especial nas regiões metropolitanas. Um valor de R\$50,00 para uma família urbana é irrisório. O último relatório dos ODS mostra que menos de 20% de todos os indicadores estão no caminho e no ritmo esperado. Em 2030, espera-se que no máximo atinja 20% das metas alcançadas e o Secretário Geral, Gutierrez, menciona que é urgente a paz, cooperação e abrir espaço fiscal para maiores gastos. A assimetria internacional mostra que os países que mais precisam não têm espaço fiscal para gastar mais e estender direitos. É preciso mais ação e vontade política, que remanesce como um desafio no que tange a agenda

da miséria e pobreza. Isso afeta sobretudo a democracia pois a persistência da pobreza implica na persistência da exclusão social. A questão climática está no centro do aumento desse custo de sobrevivência. Ou constroi-se mais cooperação e ação dos governos ou não haverão futuros melhores à frente.

***Livia Santana (MPBA)***

*Quais ações o Estado deveria implementar para aumentar a presença de negros em posições de liderança?*

- Nego Bispo, liderança quilombola e intelectual negro, diz que somos o começo, o meio e o começo. Não há como falar em respeito a gerações futuras e justiça entre gerações sem respeitar/valorizar o passado e o legado das gerações que antecederam. Há um legado de luta, resistência mas também de dor, violência e colonialismo. Para construir um futuro baseado nas escolhas de hoje é preciso revisitar o passado para evitar os erros deste ontem. Sociedades atuais e contemporâneas como Brasil enterram o seu passado como enterrou diversos corpos de indígenas e pessoas negras e desaparecidos da ditadura militar. Não pode-se jamais virar as costas para o passado. A justiça de transição deve envolver os ensinamentos dessas comunidades.
- O Estado do futuro respeita o passado, as comunidades tradicionais, originárias e indígenas com quem temos o que aprender em termos de soluções climáticas e construções coletivas. Não acredita em um Estado que produz unilateralmente a justiça para as pessoas. É preciso construir justiça e política pública com as pessoas, envolvendo os grupos vulnerabilizados.
- Não é possível falar de democracia quando apenas uma parte da população é considerada digna de tomar decisões políticas. Há grupos e pessoas que são historicamente excluídos e que seguem sendo objetos de políticas públicas e não sujeitos de políticas públicas. Deve haver uma crítica a concepção de sujeito universal - quem é e isso contempla as demandas específicas das pessoas. Proposta de uma visão de justiça de olhos desvendados, a justiça é historicamente pensada de olhos vendados com uma imparcialidade que não existe. Isso é uma forma de manutenção de status quo e de privilégios. É preciso que os grupos vulnerabilizados estejam lado a lado na decisão de políticas públicas, de seu futuro e de suas comunidades. No que tange as ações afirmativas, é preciso lembrar que o Brasil foi o último a declarar o fim da escravidão. As ações afirmativas são a primeira ação do Estado a isso e foram tardias e não bastam.

- As ações afirmativas são restritas a acesso a concursos e educação superior - é preciso pensar para todas as dimensões e direitos sociais, que ultrapassem o recurso e a legislação. Não nos falta mais compromisso e legislação. Há reações da busca de justiça - que é racial. Tem-se testemunhado fraudes ao sistema de cotas - não basta ter a política pública mas garantir que seja eficaz, concreta e efetiva e isso requer a responsabilização (individual, coletiva, social e estatal). Não faltam mais leis e compromissos do Estado, o que falta é a implementação e ação. Esta é uma questão de assunção de responsabilidade e não de culpa. A Resolução 60/147123 da ONU é importante pois propõe medidas de reparação para violações massivas de direitos humanos - prevê restituição, reabilitação, compensação, não repetição etc. A escravidão deve ser considerada uma violação massiva de direitos humanos. Em termos de medidas de restituição, na realidade e no contexto do Brasil é preciso falar da devolução da propriedade. A Lei de Terras retirou a base econômica dos territórios indígenas e quilombolas - é preciso de uma reforma agrária e titulação de terras. É preciso falar em restituição da liberdade - que foi prometida e não foi cumprida. O 13 de maio nunca acabou. As pessoas negras seguem sendo vítimas de violência policial, institucional etc e de falta de acesso a direitos fundamentais.
- As garantias de não repetição precisam incorporar pedido de desculpas e reconhecimento de responsabilidade. É preciso falar em busca pela verdade e indenização a descendentes de pessoas escravizadas.
- O sofrimento mundo a fora, quando é de pessoas negras e indígenas, não gera consternação mundial como o Holocausto judeu. Nunca se discutiu-se no Brasil uma efetiva reparação financeira para fundos de políticas públicas para população negra. Não há desenvolvimento sustentável com o racismo, não há futuro sem assumir a responsabilidade pelo enfrentamento ao racismo e desigualdade racial no mundo. E para isso é preciso pensar de forma interseccional - uma mulher negra sofre com as violências do machismo e do racismo.
- É preciso desvendar os olhos da justiça, da sociedade e do Estado para que as pessoas sejam devidamente enxergadas em suas diversas diferenças.

### **Natalia Winder-Rossi (UNICEF)**

*Com base na sua experiência, quais são as características definidoras dos programas de proteção social em abordar a pobreza infantil e quais são bons exemplos de iniciativas no mundo?*

- A proteção social é uma das políticas públicas mais avaliadas e que tem impacto no alívio da pobreza, segurança alimentar, educação e que fazem com que famílias possam viver de forma mais digna, além de reduzir a violência interpessoal. Há evidências do valor e efeito multiplicador desses programas de seguridade social. Isso tem sido a espinha dorsal para que muitas famílias se recuperem das crises, como a climática.
- Há 40 milhões, 50% crianças, que não têm acesso a proteção social - apenas 5% do financiamento é direcionado às crianças. O custo dessa inação não é pensado. É preciso mudar a perspectiva e trazer de volta a noção de que este é um direito mas que também impulsiona o desenvolvimento econômico. Mais de 1 bilhão de crianças não têm acesso a serviços sociais básicos.
- O índice de pobreza infantil está estagnado e é um desafio para todos e é algo que precisamos ter em mente quando se planeja programas sociais - é preciso abordar a primeira infância e pensar nos ciclos de vida.
- Apesar desse cenário, há uma esperança de que acabar com a pobreza infantil é uma escolha política e alguns países assumem esse compromisso político. É preciso pensar em termos de cobertura, universalismo e pensar que existe uma ampla gama de vulnerabilidades - a pobreza tem uma dimensão de gênero e raça. Além disso, como o programa pode ser integrado a um sistema de intervenções multidimensionais (como saúde e educação além da renda). Há também uma dimensão dos sistemas de cuidado e papel das mulheres nesse trabalho. Os sistemas também precisam responder de forma mais rápida e resiliente a crises. Destaca-se que a proteção social não é um custo adicional mas um investimento social e econômico. Há muitos retrocessos mas também há iniciativas interessantes que precisam ser vistas.

## ***José Ocampo***

- No acordo da OCDE de 2021, havia dois pilares relacionados ao imposto global. O primeiro diz respeito ao imposto mínimo de 15% em multinacionais que foi aplicado em distintos países que assinaram os acordos em relação a isso. Os impostos pagos por pessoas de alta renda devem ser vistos dentro do segundo ponto, além de um sistema mais justo de pagamentos de multinacionais em distintos territórios.
- O compartilhamento de informações fiscais e ativos é importante. Há uma possibilidade de não aprovação desse tipo de ação mais progressiva. Os países do Sul aprovaram a solução. Há uma expectativa de que os países europeus se

somem positivamente, sendo uma questão de Norte-Sul. No G20 o que está na agenda é a tributação dos super ricos.

## *Síntese*

### **Diagnóstico/Principais desafios**

- Quando se compara a América Latina com países da UE há limitações da política fiscal - não só de taxaço mas de gastos públicos.
- Nos países em desenvolvimento, há uma fragmentação dos sistemas de proteção social, além de uma falsa dicotomia entre universalização e focalização.
- Há uma tendência de estagnação dos indicadores sociais, que obtiveram uma melhora na segunda década do século XXI, mas que tem se mostrado estagnados - com a continuidade da pobreza enquanto um fenômeno social crítico e que atinge mais de 200 bilhões de pessoas.
- A crise climática é uma crise de direitos humanos que compromete o futuro mas também o presente de milhares de pessoas.
- Os Estados têm falhado na efetivação dos compromissos internacionais adotados para garantia dos direitos humanos.
- Há uma tendência de esvaziamento dos programas de transferência de renda condicionada no mundo. A solução por esta via não pode ser pensada como duradoura, esta só seria possível por meio da redistribuição da renda.
- A assimetria internacional mostra que os países que mais precisam não têm espaço fiscal para gastar mais e estender direitos. A ação e vontade política remanescem como desafios.
- A persistência da pobreza ameaça a democracia uma vez que está ligada a persistência da exclusão social.
- Sociedades atuais e contemporâneas como Brasil enterram o seu passado como enterrou diversos corpos de indígenas e pessoas negras e desaparecidos da ditadura militar.

- Não é possível falar de democracia quando apenas uma parte da população é considerada digna de tomar decisões políticas. Há grupos e pessoas que são historicamente excluídos e que seguem sendo objetos de políticas públicas e não sujeitos de políticas públicas.
- Não há desenvolvimento sustentável com o racismo, não há futuro sem assumir a responsabilidade pelo enfrentamento ao racismo e desigualdade racial no mundo. E para isso é preciso pensar de forma interseccional - uma mulher negra sofre com as violências do machismo e do racismo.
- Há 40 milhões, 50% crianças, que não têm acesso a proteção social - apenas 5% do financiamento é direcionado às crianças. Mais de 1 bilhão de crianças não têm acesso a serviços sociais básicos.

## **Papel do Estado frente a esses desafios**

- O Estado deve cumprir seu papel enquanto agente formulador e implementador de políticas econômicas aliadas a políticas sociais.
- O Estado deve cumprir os seus deveres, tal como estabelecido nos compromissos internacionais (como a Declaração de Direitos Humanos de 1948 e tantos outros Pactos e tratados).
- O Estado deve implementar os compromissos para frear a crise climática como as metas de financiamento de mitigação, adaptação nem tampouco as NDCs e metas do Acordo de Paris.
- O Estado do futuro respeita o passado, as comunidades tradicionais, originárias e indígenas com quem temos o que aprender em termos de soluções climáticas e construções coletivas.
- O Estado não é capaz de produzir unilateralmente a justiça para as pessoas.
- É preciso desvendar os olhos da justiça, da sociedade e do Estado para que as pessoas sejam devidamente enxergadas em suas diversas diferenças.

## **Propostas**

- Estabelecer uma política taxativa global mais eficaz e, portanto, mais progressiva - o G20 tem proposto a taxaçoão de super ricos, mas é importante taxar os ricos também.

- Formular e implementar políticas econômicas de emprego, capacitação de trabalhadores, em prol dos grupos mais pobres.
- Garantir a participação efetiva na formulação e implementação de políticas públicas, pois não é possível imaginar nenhuma solução de equidade racial sem a sociedade civil organizada nesses espaços, que devem ser protagonistas desse processo.
- Garantir urgentemente a paz, cooperação e a abertura de maior espaço fiscal para maiores gastos por parte dos Estados para frear as crescentes desigualdades.
- Promover maior cooperação entre os governos para elaborar soluções globais para o combate à pobreza e redução de desigualdades.
- Garantir que a justiça de transição e a reparação pelos crimes cometidos no passado [escravidão e colonização] envolva os ensinamentos das comunidades negras e indígenas, que foram extremamente violentadas no processo de construção da modernidade.
- Elaborar uma crítica à ideia de sujeito universal.
- Garantir que grupos vulnerabilizados estejam lado a lado na decisão de políticas públicas, de seu futuro e de suas comunidades.
- Formular e implementar ações afirmativas que vão além da dimensão educacional e de entrada no serviço público, a partir de uma transversalidade que reconheça os impactos do racismo em todos os direitos civis e sociais.
- Implementar medidas de reparação para violações massivas de direitos humanos [escravidão e colonização] por meio de iniciativas de restituição, reabilitação, compensação, não repetição.
- Assumir o compromisso político - nacional e internacional - de combate a pobreza infantil.
- Construir capacidades estatais para que os sistemas também respondam de forma mais rápida e resiliente a crises.